

Meio Ambiente

Empresa nega devastação

A British Petroleum promete investigar a denúncia de que destrói reserva florestal em RO

LONDRES — A companhia British Petroleum (BP), acusada pelo jornal londrino *Sunday Times* de ter destruído uma área de 1.011 quilômetros quadrados da floresta amazônica, dentro da Reserva Nacional de Jamari (RO), declarou ontem à Agência Estado que o trabalho de mineração desenvolvido por ela obedece estritamente às leis brasileiras. A BP garantiu, ao correspondente José Carlos Santana, de Londres, que mesmo assim promoverá investigação "de alto nível" para apurar as denúncias do jornal.

As acusações são sérias e deixaram a empresa britânica em situação embaraçosa. No ano passado, ela recebeu medalha de ouro do World Environment Center, em Nova York, por seu cuidado com a natureza e pelos in-

vestimentos feitos para preservá-la. Além disso, neste ano, seu departamento de Relações Públicas lançou grande campanha publicitária em todos os meios de comunicação, para mostrar sua intensa preocupação com o verde.

Entretanto, as denúncias não atingem apenas a BP. O jornal informa também que os responsáveis pelas queimadas na floresta amazônica não são somente os brasileiros. Terras do Araguaia, da ilha de São Luís e da costa do Espírito Santo estariam sendo incendiadas com a participação de outras empresas britânicas, entre as quais o Barclays Bank (dono de parte do Banco de Investimento S.A. e associado ao Banco de Crédito Nacional), a Shell e a antiga British Tobacco, proprietária da Souza Cruz.

INVESTIGAÇÃO

Agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de Brasília foram envia-

dos ontem mesmo para Rondônia a fim de investigar a denúncia do *Sunday Times*. Segundo o ouvidor-geral da Natureza, Renato Torrano, a British Petroleum tem autorização de lavra concedida pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) desde 1969.

Com a criação da Reserva Nacional de Jamari, em 1984, o então IBDF passou a fiscalizar a região. Os últimos dados colhidos por seus técnicos, porém, mostrando que 5% (30 quilômetros quadrados) da área permitida pelo DNPM tinha sido devastada, são de 1987. Se os agentes deslocados ontem constatarem a veracidade da acusação, os responsáveis pela BP poderão responder a inquérito administrativo e a empresa, segundo o ouvidor, corre o risco de ser expulsa do País. Torrano vai investigar também as outras denúncias do jornal e deverá enviar agentes florestais para as regiões destruídas pelas demais empresas britânicas citadas.